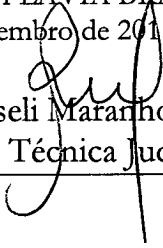


49
Jp

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos à MM. Juíza de Direito desta Comarca – Dra. FLÁVIA BRAGA DE CASTRO ALVES. Terra Boa, 07 de Novembro de 2011.


Roseli Maranhão Genovez
Técnica Judiciária

gyp

Autos nº 137/2010 – Falência

Segue decisão em separado em 07 laudas por mim
digitadas e devidamente rubricadas.

Terra Boa, 16 de dezembro de 2011.

FLÁVIA BRAGA DE CASTRO ALVES
JUÍZA DE DIREITO



PODER JUDICIÁRIO

Estado do Paraná

Vistos e examinados estes autos sob nº 137/2010, de Ação de Falência, proposta por **NICOLETTI INDÚSTRIA TEXTIL S/A**, em face de **CAMISARIA BRASILEIRA LTDA ME**.

NICOLETTI INDÚSTRIA TÊXTIL S/A, por seus advogados, propôs Ação de Falência em face de **CAMISARIA BRASILEIRA LTDA ME**, alegando em síntese:

Que é credora da Requerida pelo valor de R\$ 71.824,55 (setenta e um mil, oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), representada pelas duplicatas relacionadas na inicial, provenientes da venda de mercadorias. Que vencido os títulos a Requerida não os adimpliu, tendo sido levados à protesto.

Ao final requer a citação da Requerida para apresentação de defesa ou elidir o pedido com depósito de R\$ 94.843,65

Declinou valor à causa. Juntou documentos (fls.11/84).

Às fls. 89 foram arbitrados os honorários advocatícios em 10% (dez por cento), para o caso de depósito elisivo da falência.

A requerida foi devidamente citada (fls. 101/verso), deixando transcorrer o prazo para apresentação de contestação, bem como, não elidindo a falência.

A Requerente às fls.110 reitera o pedido de declaração de falência em relação à requerida.



PODER JUDICIÁRIO

Estado do Paraná

O representante do Ministério Público manifestou-se às fls. 117/118.

Contados e preparados, vieram os autos conclusos para decisão.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado nos termos do art.330, I, do CPC.

Trata-se de Ação de Falência, proposta por Nicoletti Indústria Têxtil S/A em face da Camisaria Brasileira Ltda.

A Requerida apesar de devidamente citada, deixou de apresentar contestação, bem como não efetuou o pagamento elisivo, caracterizando, assim, a revelia, presumindo como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 285 c/c art. 319 do CPC).

Nesse sentido leciona Ernane Fidélis:

"O drástico efeito da revelia não se confunde com o reconhecimento de procedência do pedido. O réu pode não contestar, mas o juiz em razão do fato narrado pelo autor, pode optar por consequência jurídica diversa da pretendida e julgar improcedente o pedido. Revelia também não é confissão. É critério subsidiário da verdade real. Não se presume que ninguém afirme inverdades, a não ser quando alegue o inverossímil. A falta de contestação não confessa o fato, mas simplesmente a ele não se opõe, de forma tal que a presunção de boa-fé continua a fluir. Daí o efeito de reputarem-se verdadeiros os fatos não contestados" (Manual de Direito Processual Civil, Saraiva, 8ª ed., v. I, p. 255).

É sabido, todavia, que os efeitos da revelia incidem somente quanto à matéria de fato, e não sobre os direitos da parte. Desta forma, a presunção de veracidade dos fatos alegados pela autora em



PODER JUDICIÁRIO

Estado do Paraná

face à revelia da ré é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o livre convencimento motivado do magistrado.

Com efeito, considerando-se a relativa presunção imposta pela revelia¹, tem-se que as alegações esposadas na exordial restaram devidamente comprovadas pelos documentos que a instruíram, destacando-se as notas fiscais (fls. 30/35), duplicatas (fls. 15/29), comprovante entrega mercadoria (36/41), bem como os títulos protestados (fls. 72/84).

Desta forma, tem-se que a Requerida, ciente da ação e de seus fundamentos, concorda com o pedido do Requerente porque não se insurgiu contra, através de defesa processual.

Da mesma forma, não se desincumbiu a Requerida do ônus de provar o não recebimento das mercadorias fornecidas pela Requerente, bem como não comprovou que não esteja inadimplente com suas obrigações.

Ressalte-se, por oportuno, que *quando se decreta a falência, forma-se a chamada massa falida objetiva. A massa falida objetiva é o conjunto de bens e direitos do falido que deverão honrar os pagamentos dos credores. A partir da decretação da falência, estes bens e direitos não pertencerão mais ao falido, mas à massa falida. São bens e direitos que o falido não poderá mais dispor.*

Com a decretação da falência, a Junta Comercial será informada de que os sócios da pessoa jurídica serão afastados e que o administrador judicial gerenciará os bens e direitos da massa falida.

¹ "A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em face à revelia do réu é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o princípio do livre convencimento do juiz". (STJ – 4ªT. – Resp 47.107-MT, rel. Min. César Rocha, j. 19.6.97, v.u., DJU 8.9.97, p. 42.504)



PODER JUDICIÁRIO

Estado do Paraná

O falido fica inabilitado para exercer qualquer atividade empresarial a partir da decretação da falência e até a sentença que extingue suas obrigações. Estes efeitos perdurarão por até 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade, podendo, contudo, cessar antes pela reabilitação penal (art.181, §1 da Lei 11.101/05).²

Verifica-se no presente caso a ausência de protesto especial. Contudo, ressalto o meu posicionamento acerca do tema, a fim de evitar futuros questionamentos, pelo que passo a fundamentá-lo.

Em que pese o art. 94, § 3º, da Lei 11.101/2005, estabelecer a necessidade de protesto especial para embasar pedido de falência, a jurisprudência tem entendido ser prescindível o protesto especial para a formulação do pedido de falência.

Neste sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça deste Estado:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO VINCULAÇÃO DO STJ. FALÊNCIA. PROTESTO ESPECIAL.DESNECESSIDADE. RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO. IDENTIFICAÇÃO. SÚMULA N. 361-STJ. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. NÃO PROVIMENTO.1. O juízo prévio de admissibilidade do recurso especial não vincula o Superior Tribunal de Justiça. 2. "É prescindível o protesto especial para a formulação do pedido de falência." (REsp 1052495/RS, Rel. Min. Massami Uyeda, Terceira Turma, DJe

² Hugo Eduardo Mansur Góes, A Lei 11.101/05: mais um passo na trajetória evolutiva do Direito Falimentar Brasileiro. Disponível em: < <http://www.pesquisedireito.com/ptdfb.htm> >. Acesso em: 07 out. 2011.



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

18/11/2009) 3. "A notificação do protesto, para requerimento de falência da empresa devedora, exige a identificação da pessoa que a recebeu." Súmula n. 361 do STJ. Concluído pelo Tribunal local que houve a devida identificação, o reexame da questão esbarra no enunciado n. 7, da Súmula do STJ. Não se exige, ademais, que a pessoa identificada tenha poderes formais para o recebimento da referida notificação. 4. Agravo regimental não provido. AgRg no REsp 1016893 (2007/0301080-9 - 08/09/2011 - Relatora: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI) (destaquei)

AÇÃO DE FALÊNCIA - PROTESTO ESPECIAL PARA FINS FALIMENTARES - DESNECESSIDADE - DÍVIDA LÍQUIDA E CERTA REPRESENTADA POR TÍTULO HÁBIL (DUPLICATA MERCANTIL) E NÃO REFUTADO PELA DEVEDORA - RECURSO PROVIDO. (TJPR, Ap Cível 601847-9, 17ª Ccv, Rel. Des. Paulo Roberto Hapner, j. 13/01/2010). (destaquei)

APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE FALÊNCIA. II - EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE PROTESTO ESPECIAL. III. DESNECESSIDADE DE PROTESTO ESPECIAL PARA FIM FALIMENTAR. ART. 94 § 3º DA LEI 11.101/2005 QUE REPRODUZ REGRA DO ART. 10 DO DECRETO-LEI 7.661/45, EM RELAÇÃO AO QUAL HÁ JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. IV - RECURSO PROVIDO PARA AFASTAR A PRELIMINAR" (TJPR, Ap Cível 0489348-3, 18ª CCv, Rel. Des. Jorge de Oliveira



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

6

126
gp

Vargas, j. 29.10.2008). (destaquei)

Desta forma, ainda que o protesto não tenha finalidade especial, e, ante o evidente desinteresse da Requerida em adimplir com suas obrigações perante a Requerida, a procedência do pedido de impõe.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido e hoje às 13:00 horas, decreto a falência de **CAMISARIA BRASILEIRA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.291.153/0001-59– inscrição estadual 901.79682-35, com sede na Rua Padre Tadeu Ziensk, 295, centro, Terra Boa-PR, que tem como representante legal **CLÁUDIO ANDRÉ COELHO**, inscrito no CPF/MF sob nº. 816.332.549-68.

O crédito da autora que é de R\$99.843,65, fica como quirografário. Fixo honorários sucumbenciais no valor de R\$ 10.000,00 (artigo 20, §4º, do CPC)

Suspendo as execuções em que a Falida é parte passiva. Certifique-se nos autos respectivos.

FIXO o termo legal da falência no nonagésimo (90º) dia antecedente ao pedido de falência na forma do acordo com art.99, da LF.

Para administrador judicial, nomeio a Dra. Izabel Cristina Brait de Assiz, para tal função, que deverá desempenhá-la na forma do artigo 22, inciso III da LF. Intime-se-a pessoalmente para em 48:00 horas assinar, em Juízo, o termo de compromisso, sob pena de ineficácia da nomeação.

Determino que o falido, no **prazo máximo da data da audiência**, apresente relação nominal dos credores, nos termos do inciso III, do art. 99 da LF, sob pena de desobediência.



PODER JUDICIÁRIO

Estado do Paraná

Fica proibida a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do falido, devendo ser submetida preliminarmente à autorização.

Ao Registro Público de Empresas para proceder à anotação da falência no registro do devedor, para constar a expressão 'falido' e a inabilitação de que trata o artigo 102 da Lei de Falência.

→ Expeça-se ofício aos Registros de Imóveis e DETRAN (Renajud), a fim de informarem a existência de bens e direitos do falido e também dos sócios para posterior análise de desvio de bens.

Determino a lacração do imóvel e arrecadação dos bens, caso a empresa não tenha encerrado suas atividades nesta Comarca.

Comunique-se por carta às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e municípios em que o devedor tiver estabelecimento, para que tomem conhecimento da falência.

→ Na data de hoje, procedo o bloqueio de numerário em contas bancárias e aviso de falência às instituições financeiras por meio do sistema Bacenjud (ofício), além de informações de todas as contas em nome da massa falida.

Designo audiência para interrogatório dos sócios da falida para o dia ____/____/2012, às 14h00, intimando-se também o Administrador Judicial e Ministério Público para o ato.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Terra Boa, 16 de dezembro de 2011.

Flávia Braga de Castro Alves
Juíza de Direito

RECEBIMENTO: Certifico que nesta data recebi os autos vindos do MM. Juiz(a) de Direito da Comarca, com o(a) r. despacho (sentença (X)).
Terra Boa, 16/11/2011

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que tornei pública a r. sentença do MM. Juiz.

Terra Boa, 16 de Dezembro de 2011.

Yara Christina Grenier Capoci
Analista Judiciária

Roseli Maranhão Genovez
Técnica Judiciária

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que a sentença foi registrada no CD-ROM de Registro de Sentenças em Mídia nº 0001, sob o nº de ordem 0339-2011.

Terra Boa, 16 de Dezembro de 2011.

Yara Christina Grenier Capoci
Analista Judiciária

Roseli Maranhão Genovez
Técnica Judiciária

JUNTADA

Nesta data faço juntada aos presentes autos da(o): ☒ Petição () AR () Mandado () CP () Conta () Laudo, () Ofício constante de fls. _____ que adiante se vê. Dou fé.

Terra Boa, 18/01/12

Viviane Prado
Técnico Judiciário